

Proposta de comunicação: “Império – uma civilização nos trópicos”

Autora: Profa. Dra. Mara Rúbia Sant’Anna - UDESC

Em 2002 o primeiro volume do “Brasil por suas aparências – uma história da moda”, uma pesquisa histórica cujo objetivo central é discutir a construção da identidade nacional a partir das estratégias da aparência articuladas pelos grupos de elite, foi concluído. No ano seguinte, os resultados das pesquisas centradas nas sociabilidades coloniais brasileiras foram levados ao público através de um *CD-ROM* distribuído gratuitamente as mais diferentes Universidades Brasileiras e outras Instituições de ensino.

Somente em 2005 podemos retomar este trabalho e, dando continuidade à proposta inicial, desenvolvemos a pesquisa que se segue, na qual é abordada a sociedade que se instituiu junto ao regime monárquico de governo. Se nas sociabilidades coloniais foi necessário analisar distintamente os diferentes agrupamentos compostos sobre o território, na ocasião parte do Império Ultramarino Português, no período imperial pode-se localizar um embrionário sentimento de unidade que, a partir do Rio de Janeiro, espalhava-se pelo então chamado Império Brasileiro. Compreender como se articulou a noção de Brasil desejado com as estratégias das elites que se constituíram em torno da Coroa Brasileira foi o objetivo maior. Questões centrais norteavam o trabalho de levantamento bibliográfico e ponderação das assertivas encontradas nos livros de qualidade que compõem o acervo historiográfico brasileiro. As questões principais foram as seguintes:

- a) Em que medida a corte brasileira imperial reproduziu as cortes européias e, a partir dessa semelhança, conduziu a idealização da aparência para a configuração das elites nacionais?
- b) Como a manipulação da aparência idealizada, pelas elites constituídas, interferiu nas lutas ideológicas para a instalação da república brasileira.

Portanto, para que o caminho metodológico tivesse nexos e, ao mesmo tempo, pudesse o material produzido contribuir para o estudo da sociedade de moda nas terras brasileiras, além de responder as questões norteadoras, fez-se uma introspecção criteriosa dos diferentes momentos já consagrados pela historiografia nacional, propondo um percurso de análise aos futuros leitores. Sabemos que toda história é seleção e construção de uma memória que perde a emoção do vivido e estereotipa o passado num formato intelectualizado ao bel prazer do historiador, contudo, não nos incumbimos de discutir os embates teóricos implicados no reconhecimento dos limites do fazer do historiador, não nos atemos a debater as ideologias subjacentes aos recortes tradicionais da história chamada brasileira ou nacional. Apropriamos-nos deles, os filtramos pelos pressupostos que conduzem nosso pensamento e, abordando a aparência como instrumento de constituição de estratégias de poder na elaboração de uma identidade nacional, desenvolvemos o trabalho que se

segue.

Sentimo-nos apenas no dever de introduzir o leitor à compreensão do que seja a identidade, a nação e a aparência em nossa abordagem. O primeiro desencanto ao estudante neófito, nesse assunto, é que toda identidade é sempre criada, jamais natural, logo, não há uma identidade nacional que possa ser o elemento identificador e compositor da unidade de toda a população. O que temos são critérios que cada historicidade determina como relevantes e definidores da aglutinação realizada ou que se deseja realizar, criando assim uma “cara” para aquilo que diz identificar.

Conforme Nestor Canclini salienta, uma identidade, em seu sentido primitivo, só seria possível se houvesse entre todos os habitantes de um território uma entidade comum compartilhada, uma experiência do vivido próxima e sentida por todos os membros daquela comunidade. Nesses casos o passado é ritualizado e uma identidade singular, a ser revivida em diferentes momentos, é instituída. Em suas palavras:

Ter uma *identidade* seria, antes de mais nada, ter um País, uma cidade ou um bairro, uma *entidade* em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável. Nesses territórios a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos (1997, 190).

O que seria então possuir uma identidade? Segundo Aristóteles, seria possuir uma unidade de substância, ou seja, “as coisas são idênticas no mesmo sentido em que são unas, já que são idênticas quando é uma só sua matéria ou quando sua substância é una”. Hegel também defendeu essa compreensão de identidade: “coincidência ou unidade da essência consigo mesma”. Porém, outros pensadores, menos essencialistas, definiram a condição da identidade de maneira diferente. Para Leibniz “idênticas são as coisas que se podem substituir uma à outra”, o que, no caso, não exige uma identidade completa, de essência, mas apenas plena em relação a um aspecto. Todavia, foi outro teórico que desenvolveu a idéia de identidade que a história cultural adota. F. Waismann, em 1936, debateu a idéia de que a identidade pode ser firmada por convenção, ou seja, descartou uma identidade *a priori* entre as coisas ou uma identidade “natural” (BRUGER, 1987, 220-21). De acordo com sua concepção, não é possível estabelecer em definitivo o significado da Identidade ou o critério para reconhecê-la, mas dentro de determinado sistema lingüístico, é possível determinar esse critério de forma convencional e mais oportuna. Ou seja, somente dentro de um determinado contexto onde se convencional o que seria os semelhantes que se poderá operar um reconhecimento identitário entre as partes.

Destas ilações podemos ponderar que, do ponto de vista de um discurso ufanista e nacionalista, o termo identidade corresponde a uma unidade de substância, como Hegel e Aristóteles defenderam. Para nacionalistas, o fato de determinada população possuir em comum o território de nascimento ou origem étnica ou a subordinação a um determinado Estado ou religião as fariam portadoras de uma essência que, apesar das mais evidentes diversidades, as tornavam unas, portadoras de uma identidade.

Diante de um discurso com pretensões mais relativistas o sentido de identidade que prevalece é

o de possibilidade de substituição, tal como Leibniz defendeu. Neste, a diversidade é admitida, evidenciada, e uma essência, *a priori*, é descartada. Contudo, salienta-se a existência de elementos de contato que permitem aos membros do grupo se substituírem mutuamente, dada sua semelhança. Nesta proposta recaem todos aqueles que afirmam ser o povo brasileiro a fusão de muitas raças, onde se vê italianos, alemães, portugueses e gringos diversos ao lado de negros e índios, tendo em comum a persistência e a alegria. Seríamos diversos e unos.

Mas, para o historiador da identidade, o significado mais apropriado é aquele que contextualiza a circunstância da aplicação do conceito ao seu próprio sentido. Assim sendo, a terceira dimensão do conceito torna-se a mais adequada. Não há uma identidade nacional que possa ser o elemento identificador e compositor da unidade de toda a população. O que temos são critérios que cada historicidade determina como relevantes e definidores da aglutinação realizada ou que se deseja realizar.

A aglutinação se opera nos contextos onde há a presença de um estranho, a quem desejamos marcar nossa diferença. A presença deste nos faz buscar semelhanças na intenção de definir com clareza quem é o “nós” e quem é o “outro”. Reforçamos, assim, nossas semelhanças, apagamos nossas diferenças, tudo para reafirmar uma diferença maior entre nós e o outro.

Assim sendo, por mais que a identidade seja uma busca da semelhança, ela sempre é definida pela diferença de si, com seu exterior. Como afirma Renato Ortiz: “Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença” (1994, 7).

Como um segundo desencanto, precisamos também prevenir que não nascemos patriotas. A nação brasileira nos é construída pouco a pouco na medida em que somos apresentados aos mapas que representam nosso território, às imagens de paisagens encontrados desse mesmo perímetro, aos símbolos que a identificam diante de outras nações e, especialmente, quando uma equipe esportiva entra em cena trazendo ao peito uma camiseta com as cores que nos disseram ser as do Brasil.

A definição de Benedict ANDERSON de Nação é clássica e pertinente: “uma comunidade política imaginada como implicitamente limitada e soberana” (1997, 23). Este conceito contempla duas questões extremamente importantes para a compreensão desta construção histórica chamada Nação:

1) comunidade – esse termo evidencia a exigência de um conjunto de pessoas e do sentimento de pertencimento a ele por questões determinadas. Porém, é mais que apenas um grupo, pois o termo comunidade implica numa experiência espacial, temporal e social comum de seus membros.

Como o termo vem associado do adjetivo “política”, a precisão do agrupamento fica apresentada por este. Isso delimita a condição da mesma, ou seja, é uma reunião de pessoas que compartilha, entre si, uma preocupação coletiva e ideológica. Assim definido, podemos, então, citar como exemplo os torcedores de um time presentes num estádio de futebol. Esse grupo seria constituído de pessoas, que espontaneamente optaram por se associar a ele e que concordam com as idéias e causas defendidas. Mais que ver uma partida de futebol eles se deslocam ao campo com um objetivo comum: apoiar sua agremiação. Os membros se reconhecem como iguais, estão dispostos a

defender suas idéias diante de outras contrárias e a se ajudarem mutuamente em prol do objetivo maior: ganhar a partida ou o campeonato. O grupo se institui em comunidade porque compartilha uma vivência, tem um objetivo comum e se sente diferente de outros, cujos objetivos são semelhantes.

2) imaginada – o termo, segundo os dicionários comuns, como também os especializados, é aproximado das noções de ilusório, irreal, fictício ou fantástico, fabuloso, legendário, mítico ou ainda inventado, falso, absurdo, utópico, fingido e quimérico. Todas estas conotações expressam, em resumo, a oposição do termo com o real, verdade ou realidade. Desta forma, quando pensamos em uma comunidade imaginada, devemos supô-la irreal. Porém, se a pensarmos dentro dos parâmetros dos pensadores do imaginário, a oposição se esvai. Não é o caso de verdade ou mentira que está em jogo.

Dentre os muitos pensadores de renome sobre o imaginário, Gilbert Durand destaca-se na linha antropológica. Para ele o imaginário é o “conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do *homo sapiens* e parece ser o grande denominador fundamental, onde se encaixam todos os procedimentos do pensamento humano” (apud SILVA, 1986, 574). Assim, o imaginado não é uma farsa, mas um elo articulador dos sentidos sociais, sendo imprescindível tanto para a experiência histórica quanto para a compreensão dela.

Para entendermos melhor, podemos retomar ao exemplo da torcida. A comunidade que os torcedores compartilham é imaginada, pois nada os torna obrigatoriamente parte daquele grupo. Foram as imagens do time, das cores de sua camisa, das experiências vividas lado a lado que os levaram a uma identificação por oposição a outras tantas imagens e cores que eles preferiram descartar. Logo, mesmo que sejam de grupos sociais distintos, que diverjam consideravelmente em seus valores morais, de gosto ou político, no ponto de vista futebolístico eles se dizem torcedores de X porque eles acreditam nisso e, essa crença, conduz seus atos nesse aspecto. Desta forma, mesmo que a comunidade de torcedores seja imaginada ela não é irreal, fantasiosa ou inventada.

Na interpretação da conotação do termo “imaginada”, usado por Anderson, temos, então, que descartar a idéia simplista de uma ideologia que fantasia sentidos e ilude as pessoas, os apresentando enquanto verdade em relação a um território, que no caso específico seria definido como limitado e soberano. Se as cores da camisa e o talento dos jogadores criam pontes imaginárias entre personalidades particulares e torcidas, a idéia da Nação começa a ser imaginável na medida em que se afirma a presença de um território definido e de uma soberania reconhecida como de fato.

Porém, o mais importante a esclarecer é a condição que a identidade nacional goza na construção do sentido de Nação. Pois, entendendo-a como comunidade imaginada, não seria possível construí-la no imaginário social, sem antes determinar e atribuir referentes “significacionais” à população que habita o território com pretensões de tornar-se uma Nação. Um desses é vulgarizar uma imagem do que é o território e os mapas e nossas lições de geografia o fazem muito bem. Porém,

mais do que isso, as imagens devem operar com a nossa noção de pertencimento e o caminho encontrado para tal, historicamente, foi criar um passado em comum e propor um ideal para todos. Para tanto é preciso ter poder, poder de dizer qual imagem olhar, qual camisa vestir, qual sentimento reter.

Portanto, no consenso entre Hobsbawn (1990), Renan (2001) e outros autores, a Nação é antes de tudo, um artefato cultural cuja elaboração é matizada pela experiência histórica dos sujeitos sociais. Cabe, então, “a fim de entendê-los adequadamente, (...) considerar com cuidado como tem chegado a ser históricos, de que modo seus significados alteraram-se no correr do tempo e porque, na atualidade, tem uma legitimidade emocional tão profunda” (ANDERSON, 1997, 23).

No que tange a aparência, a compreendemos como a instância possível da experiência social e assim sendo, delimita as possibilidades da recepção estética dos sujeitos sociais. Portanto, um terceiro desencanto ocorre a todos aqueles que julgam a aparência como sendo uma “casca”, um invólucro, que apenas disfarce, mascara ou esconde um verdadeiro que estaria abaixo ou acima dela. Afinal, a aparência não é ideologia, no sentido que o materialismo histórico propõe, nem é a ilusão que o historiador deva descartar em suas investigações, mas é a dimensão da experiência social que mediatiza a apreensão das representações construídas. Não como instrumento, tal como os óculos fariam aos olhos deficientes, mas como substância, que delimita, condiciona e significa a mensagem.

Daniel Roche, historiador vivo dos mais respeitados na França, diz que:

A cultura das aparências é a princípio uma ordem. Para chegar nela é preciso aprender uma linguagem que autorize a comunicação em um domínio estranho, e por isso mesmo mobilizador do imaginário, onde o espiritual e o material se misturam com particular força. Aí, o mental se faz corpo, aí o corpo individualizado expõe as transcrições fugazes da personalidade, aí a roupa valoriza as correspondências subterrâneas da matéria e do espírito (1989, 487).

A validade do trabalho com a aparência reside na compreensão de suas intersecções na constituição dos sujeitos e nas relações constituídas entre eles. Além disso, a aparência, conforme Bollon, “repousando sobre a elaboração de imagens e de símbolos, sempre aparece como um modo de expressão infinitamente mais sensível e sutil, maleável porque permanentemente contraditório e para sempre inacabado, por isso poético e profético” (1993, 164), traz ao seu observador mais indícios e pistas do que a linguagem formal, cujo domínio da lógica e seu princípio da não-contradição limita a dinâmica ambígua dos desejos, vontades, impulsos e motivações humanas, ou seja, a aparência nos diz muito mais que os discursos escritos, que os documentos e suas informações.

Michel Maffesoli considera que a estética social organiza-se em torno dos seguintes pivôs: “a prevalência do sensível, a importância do ambiente ou do espaço, a procura do estilo e a valorização do sentimento tribal” (1996); esse conjunto, podendo mesmo caracterizar a cultura sob um determinado aspecto, é definido como “formismo”. Essa categoria deposita na aparência a responsabilidade social de estabelecer as relações entre os sujeitos e mesmo entre os diferentes grupos sociais, tornando-a tanto expressão quanto meio de diferenciação e constituição de si. Toda aparência, portanto, constrói uma estética social, cuja principal função é de se constituir como *ethos*,

estabelecer uma ética, de fazer da forma e da aparência um agente social.

Dessa forma, o corpo de cada sujeito é espaço de teatralização do texto que ele expõe aos seus pares. Nessa exposição-enunciação não apenas diz como deseja ser visto, como também constrói em si uma auto-imagem que o auto-significa.

Assim sendo, definimos a moda como um é ethos das sociedades modernas e individualistas, que constituído em significante, articula as relações entre os sujeitos sociais por meio da aparência e instaura o *novo* como categoria de hierarquização dos significados.

Aplicando estes conceitos a nossa proposta de pesquisa partimos do pressuposto que as estratégias de poder sempre negociam imagens idealizadas, sendo que quanto maior é a dependência cultural de um país mais as imagens são importadas de países ou sociedades consideradas superiores e constituídas como “espelhos”.

Além disso, o que propomos é analisar a dimensão da aparência enquanto construtor de sociabilidades. Interessa-nos atentar para as relações entre os diferentes grupos sociais, étnicos, econômicos e sexuais, estabelecidas pela aparência, e o quanto à predominância de uma aparência idealizada foi associada ao poder e estava implícita ao seu usufruto, sendo, até mesmo, fundamental na construção de uma face para a chamada Nação Brasileira.

O Estado Nacional Europeu, antecessor histórico do estado democrático contemporâneo, desenvolveu suas estratégias de poder e de submissão das classes sociais pela articulação política da aparência. Após a crise do século XIV, a nobreza europeia, desestruturada em seu poder econômico-político pelas transformações do próprio feudalismo, encontrou na ritualística da vida cortesã a manutenção do status social que desejava (ELIAS, 1999). A continuidade da áurea de superioridade da nobreza diante dos demais grupos burgueses foi possibilitada pela instrumentalização do poder através de espetáculos, cuja riqueza e deslumbramento seduziam os espectadores e os convertiam em súditos (APOSTOLIDES, 1993). A aparência, em sua exuberância e vitalidade, construiu o distanciamento necessário à manutenção do poder, tanto quanto pautou sua distribuição. A sociedade moderna instaura a aparência como campo privilegiado da exibição da superioridade, tendo em vista essa ser significada a partir do novo, qualificativo-mor da inventividade humana exaltada.

A elite constituída no “Brasil”, a partir da Colônia, construiu um sentido para esse nome na mesma proporção que definia um contorno a sua identidade. Tal identidade, muito imprecisa, sem dúvida, avançou no projeto de homogeneidade na medida em que o Estado brasileiro fortaleceu-se durante o II Império e reconstruiu-se, mediante um novo perfil de ser elite, quando da fundamentação da República.

O primeiro volume, deste trabalho, contempla o período da história de nosso território, convencionalmente chamada de Brasil-colônia, mais precisamente de 1500 a 1808. Descartamos,

desta primeira parte, o processo de redefinição do sentido político da colônia, suscitado a partir da chegada da Família Real ao Brasil. Dando continuidade neste segundo volume iniciamos nossa abordagem analisando os jogos de interesses diante da independência e os projetos de Brasil que estavam em pauta para, finalizar, pensando no Brasil que via o século XX se aproximar e duvidava do modelo que havia criado para si, buscando, sobretudo, além oceano, uma matriz a seguir nos novos tempos.

Se no primeiro volume encerramos a apresentação alertando o leitor para não se enganar, pois trataríamos de uma comunidade imaginária em construção, neste volume podemos alertar que a construção não havia se findado e que a comunidade imaginada continuava seu processo, contando, porém, com uma intelectualidade marcada pelo romantismo, com a presença de cidades que traziam para mais perto o modelo sonhado e, especialmente, contando com uma elite que gozando de acesso ao Brasil sonhado, ou seja, à corte imperial brasileira, maquinava a identidade que lhe convinha.

Referência Bibliográfica

- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas** – *reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México : FCE, 1997.
- APOSTOLIDES, Jean Marie. **O rei máquina**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- BOLLON, Patrice. **A moral da máscara**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- BRUGER, W. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: EPU, 1987.
- CANCLINI, N. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.
- DURAND, G. Apud SILVA, Benedicto (org.) **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Zahar Editores, 1999.
- HOBSBAWN, Éric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MUKAROVISKY, Jan. **Escritos sobre estética e semiótica da Arte**. Lisboa: Estampa, 1988.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RENAN, E. *Qué es una nación?* In: BRAVO, A. F. **La invención de la nación – lecturas e la identidad de Herder a Homi Bhabha**. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- ROCHE, Daniel. **La culture des apparences**. Paris: Fayard, 1989.
- SANT'ANNA, Mara Rúbia. **Aparência e poder: novas sociabilidades urbanas em Florianópolis de 1950 a 1970**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- _____. A moda : o desafio de pensá-la além do produto. In: **Moda palavra 2**. Florianópolis: Udesc/Insular, 2003.